

ANEXO 04
PLANO DE TRANSFERÊNCIA OPERACIONAL (PTO)

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [•]/2020

SUMÁRIO

1. Plano de Transferência Operacional (PTO) – Aspectos Gerais.....	3
2. Comitê de Transição	3
3. Ações previstas para a transferência operacional	4
4. Conteúdo do PTO	6
5. Implementação do PTO	9

1. Plano de Transferência Operacional (PTO) – Aspectos Gerais

- 1.1. A fim de assegurar uma transição eficaz das operações aeroportuárias e buscando garantir a manutenção da segurança dos aeroportos na transição entre o DAESP e a CONCESSIONÁRIA bem como minimizar o impacto sobre os passageiros, EMPRESAS AÉREAS e outros USUÁRIOS dos COMPLEXOS AEROPORTUÁRIOS, a CONCESSIONÁRIA desenvolverá um PLANO DE TRANSFERÊNCIA OPERACIONAL (PTO) para cada aeroporto integrante do bloco objeto da CONCESSÃO.
- 1.2. Desde que seja demonstrada sua conveniência, é possível que um mesmo PTO contemple mais que um aeroporto.
- 1.3. O PLANO DE TRANSFERÊNCIA OPERACIONAL tem como objetivos gerais:
 - A. Transferência sem interrupção das operações aeroportuárias de acordo com um cronograma de implementação; e
 - B. Garantia das condições de segurança operacional, de segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita e da facilitação do transporte aéreo.
- 1.4. A CONCESSIONÁRIA deverá, ainda, demonstrar para a ARTESP, durante os Estágios 1 e 2 da Fase I-A especificada no CONTRATO DE CONCESSÃO, sua capacidade de compreender e analisar a operação aeroportuária.

2. Comitê de Transição

- 2.1. Como parte do PLANO DE TRANSFERÊNCIA OPERACIONAL será criado um Comitê de Transição, liderado pela CONCESSIONÁRIA e com a participação, minimamente, de representantes dos órgãos e entidades que atuam diretamente no aeroporto, como por exemplo:
 - 2.1.1 Representantes do DAESP;
 - 2.1.2 Órgão de controle de tráfego aéreo, conforme o caso;
 - 2.1.3 Representantes da CONCESSIONÁRIA responsáveis pela administração do Aeroporto; e
 - 2.1.4 Outros órgãos e entidades públicas ou privadas eventualmente relevantes para a operação do Aeroporto.
- 2.2. O Comitê de Transição se reunirá em até 30 (trinta) dias após a DATA DE EFICÁCIA e deverá permanecer ativo até o término da Fase I-A.
- 2.3. O Comitê de Transição deverá se reunir mensalmente ou quando convocado pela ARTESP, pelo DAESP ou pelo ESTADO DE SÃO PAULO para acompanhar e dar suporte ao PLANO DE TRANSFERÊNCIA OPERACIONAL.
- 2.4. A CONCESSIONÁRIA deverá, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data prevista para cada reunião, informar à ARTESP a data e hora de sua realização e encaminhar a pauta de discussão.

- 2.4.1 A participação da ARTESP nas reuniões do Comitê de Transição será facultativa e poderá ocorrer mediante solicitação prévia ou por interesse da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.
- 2.5. A CONCESSIONÁRIA deverá enviar à ARTESP, em até 7 (sete) dias após a realização de cada reunião, a Ata de Reunião e a lista de presença devidamente assinada por todos os participantes
- 2.5.1 A Ata da Reunião deverá conter, pelo menos, informações referentes aos dados de hora, local, participantes, os temas tratados, eventuais encaminhamentos, com indicação dos responsáveis, datas previstas para reporte das ações adotadas e demais manifestações ocorridas na reunião.

3. Ações previstas para a transferência operacional

- 3.1. Para atingir os objetivos pretendidos, as ações a seguir devem estar previstas no PTO.
- 3.2. A CONCESSIONÁRIA deverá, na elaboração do PTO, levar em consideração a necessidade de estabelecer comunicação plena com todos os interessados, no que se refere aos potenciais problemas da transição, desde o primeiro dia da eficácia do CONTRATO.
- 3.3. A CONCESSIONÁRIA deverá, durante a preparação do PTO, reunir-se com grupos de empregados, detentores de contratos de cessão de áreas no Aeroporto, órgãos e entidades governamentais e outros interessados, para definir preocupações e problemas específicos a serem contemplados no PTO.
- 3.4. O DAESP deverá permitir que os profissionais designados pela CONCESSIONÁRIA tenham acesso às instalações aeroportuárias, a partir da DATA DE EFICÁCIA DO CONTRATO, para que seja possível a realização dos treinamentos necessários.

A. Transferência sem interrupção das operações aeroportuárias

- 3.5. A CONCESSIONÁRIA deverá estabelecer uma equipe de transição para assumir as responsabilidades da operação do Aeroporto durante o período de transição.
- 3.6. Como parte da equipe de transição, a CONCESSIONÁRIA apresentará, em até 10 (dez) dias da DATA DE EFICÁCIA DO CONTRATO, uma equipe de gestão, composta pelo gestor do aeroporto e pelos responsáveis pelo gerenciamento da segurança operacional, operação aeroportuária, manutenção e resposta à emergência aeroportuária, nos termos do RBAC 153 vigente.
- 3.7. Para a equipe de gestão, deverão ser identificadas, para cada um de seus membros, as atividades necessárias e os prazos de execução, a fim de assegurar a operação contínua do Aeroporto.
- 3.8. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar a composição do corpo de funcionários que trabalharão na área operacional do aeródromo ou em atividades relacionadas à segurança operacional, devidamente treinados, até o final do Estágio 2 da Fase I-A.

B. Garantia das condições de segurança operacional, de segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita e da facilitação do

transporte aéreo

- 3.9. Para garantir as condições de segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita e facilitação do transporte aéreo, a CONCESSIONÁRIA deverá implementar as seguintes ações:
- 3.9.1 Indicar, em até 10 (dez) dias a contar da DATA DE EFICÁCIA DO CONTRATO, o responsável geral do bloco de CONCESSÃO, pelos assuntos de segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita (AVSEC), com seus respectivos contatos;
 - 3.9.1.1 O profissional indicado para tratar de assuntos de segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita deverá solicitar acesso a documentação restrita referente à matéria, conforme orientações da ANAC.
 - 3.9.2 Indicar 1 (um) responsável AVSEC por aeroporto nos termos da seção 107.25 do RBAC 107, quando houver exigência segundo RBAC 107, até o encerramento do Estágio 2 da Fase I-A do CONTRATO;
 - 3.9.2.1 A indicação do responsável AVSEC deverá atender aos critérios de seleção e capacitação presentes no RBAC 110.
 - 3.9.3 Entregar o Programa de Segurança Aeroportuária (PSA) em até 40 (quarenta) dias após a DATA DE EFICÁCIA DO CONTRATO, conforme os normativos vigentes.
 - 3.9.4 Disponibilizar, no momento da apresentação do PSA, declaração, conforme modelo a ser disponibilizado pela ARTESP, de que serão observados todos os normativos vigentes referentes à AVSEC.
 - 3.9.5 Obter aprovação preliminar de conformidade documental do Programa de Segurança Aeroportuária (PSA) nos termos da seção 107.211 do RBAC 107, até o encerramento do Estágio 2 da Fase I-A do CONTRATO;
 - 3.9.5.1 A conformidade documental do Programa de Segurança Aeroportuária (PSA) significa a existência de todas as partes previstas na composição do PSA nos termos da regulamentação vigente, RBAC 107 e IS 107-001.
 - 3.9.6 Obter, em até 12 (doze) meses a contar da DATA DE EFICÁCIA DO CONTRATO, e conforme o disposto no item 3.9.3, a aprovação definitiva do PSA.
- 3.10. Para garantir as condições de segurança operacional, a CONCESSIONÁRIA deverá implementar as seguintes ações:
- 3.10.1 Obter o Certificado Operacional Provisório de Aeroporto nos termos do RBAC 139 Emd 05, até o encerramento do Estágio 2 da Fase I-A do CONTRATO, observado o disposto nos itens 3.10.4 e 5.1.6. Para fins de obtenção do Certificado Operacional Provisório de Aeroporto, a CONCESSIONÁRIA, em até 90 (noventa) dias após a DATA DE EFICÁCIA DO CONTRATO, deverá:

- 3.10.1.1 Apresentar declaração de ratificação do Manual de Operações do Aeródromo (MOPS) em vigor, quando houver, ratificando o cumprimento integral do Manual de Operações do Aeródromo (MOPS);
- 3.10.1.2 Apresentar a equipe de gestão, conforme disposto neste ANEXO;
- 3.10.1.3 Apresentar o programa de treinamento de funcionários, nos termos do Plano de Transição de Recursos Humanos; e
- 3.10.1.4 Apresentar requerimento para emissão do Certificado Operacional de Aeroporto, conforme modelo a ser disponibilizado.
- 3.10.2 Rever o MOPS, a partir da assunção das operações, e então submetê-lo à aprovação da ANAC, conforme regulamento em vigor.
- 3.10.3 Coordenar junto ao DAESP o planejamento e execução de obras de forma a manter o risco às operações aéreas em níveis aceitáveis.
- 3.10.4 A obrigatoriedade de obtenção do Certificado Operacional Provisório, até o encerramento do Estágio 2 da Fase I-A do CONTRATO, não se aplica aos operadores aeroportuários não certificados até a DATA DE EFICÁCIA DO CONTRATO, desde que mantidas as condições de operação, tipo de aproximação e frequências semanais da aeronave crítica vigentes nos normativos pertinentes, até a data de eficácia, conforme disposto nos normativos em vigor.
- 3.10.5 Caso a obtenção do Certificado Operacional Provisório e do Manual de Operações do Aeródromo não ocorra por forças alheias à vontade da CONCESSIONÁRIA, a ARTESP analisará os motivos que impediram a obtenção e autorizará a não exigência de uma ou de ambas as obrigações, desde que demonstrada a ausência de culpa da CONCESSIONÁRIA e de prejuízo à segurança operacional do aeroporto.

4. Conteúdo do PTO

- 4.1. O PTO poderá prever a transição operacional simultânea de todos os aeroportos de um mesmo BLOCO ou em etapas conforme a conveniência da CONCESSIONÁRIA.
- 4.2. A transição operacional de todos os aeroportos não poderá ultrapassar o prazo máximo de 90 (noventa) dias.
- 4.3. O PLANO DE TRANSIÇÃO OPERACIONAL (PTO) deve ser composto minimamente pelos seguintes elementos, cujos elementos mínimos estão dispostos nos itens seguintes:
 - A. Plano de Transição da Gestão do Aeroporto;
 - B. Plano de Transição dos Recursos Humanos; e
 - C. Plano de Comunicação e Informação ao Público.

A. Plano de Transição da Gestão do Aeroporto

- 4.3.1 O Plano de Transição da Gestão do Aeroporto deverá propor a composição da Equipe de Transição, que incluirá pessoas a serem alocadas nas áreas chave do Aeroporto.
- 4.3.2 O Plano de Transição da Gestão do Aeroporto deverá considerar que, durante o Estágio 2 da Fase I-A do CONTRATO, a Equipe de Transição funcionará como uma organização de respaldo à administração atual do Aeroporto, em que os profissionais designados pela CONCESSIONÁRIA deverão acompanhar as decisões que podem ter impacto direto na transição, dentro das suas áreas de responsabilidade. Assim, o Plano deverá indicar o modelo de governança a ser adotado e as principais decisões a serem compartilhadas. Caso não haja consenso entre as decisões da administração atual e da CONCESSIONÁRIA, a questão deverá ser submetida à apreciação da ARTESP.
- 4.3.3 Para garantir a transferência eficaz de informação sobre a organização futura, a CONCESSIONÁRIA deverá:
- 4.3.3.1 elaborar um documento informativo sobre a nova organização, que deverá descrever a estrutura proposta e fornecer informações sobre os respectivos papéis.
 - 4.3.3.2 agendar visitas da nova equipe para fornecer informações aos funcionários atuais sobre a nova organização e apresentar os novos gestores.
 - 4.3.3.3 propor reuniões informativas com os detentores de contrato de cessão de áreas no Aeroporto e outros interessados, para fornecer informações e apresentar os novos gestores.
- 4.3.4 Para aeroportos com terminal de passageiros (TPS) com mais de 50.000 (cinquenta mil) passageiros regulares anuais, se necessário, a CONCESSIONÁRIA deverá prever o início imediato de ações que permitam melhorar os padrões operacionais, tais como melhorias das condições de utilização dos banheiros e fraldários do aeroporto; correção de infiltrações, manchas e desgastes nas pinturas de paredes e forro do aeroporto; e melhoria da sinalização e iluminação das vias de acesso de veículos ao TPS, estacionamento de veículos e outros setores que envolvam a movimentação de passageiros e seus acompanhantes no lado terra do aeroporto.
- 4.3.4.1 Em qualquer hipótese, as medidas tomadas serão apenas no sentido de atendimento de padrões operacionais mínimos, sendo desnecessária medida que altere o padrão operacional nesta Fase.
- 4.3.5 Para aeroportos com menos de 50.000 (cinquenta mil) passageiros regulares anuais, ou que não receba voos regulares, são exigidas apenas que sejam mantidas as condições mínimas de manutenção, desde que já se encontrem em condições mínimas de aceitação para as funções a que estão destinadas.
- 4.3.6 As ações a que se refere os itens 4.3.4 e 4.3.5. acima devem ser reportadas à ARTESP em até 180 (cento e oitenta) dias após a DATA DE EFICÁCIA DO CONTRATO com informações referentes às intervenções que serão realizadas;

local da ação; o período de realização das atividades; responsáveis; e apresentar relatório fotográfico dos locais que receberão intervenção, quando for o caso.

4.3.7 A CONCESSIONÁRIA deverá, quando da conclusão das ações do item 4.3.4, apresentar um relatório detalhado com as informações acerca de sua implementação e registro fotográfico.

4.3.8 O mesmo Plano de Transição da Gestão do Aeroporto poderá contemplar mais de um aeroporto sempre que evidenciada sua conveniência.

B. Plano de Transição de Recursos Humanos

4.3.9 Como parte do seu Plano de Transição de Recursos Humanos, a CONCESSIONÁRIA deverá prever a realização da avaliação dos funcionários atuais, identificando seu interesse em participar do novo empreendimento e o alinhamento da sua capacitação técnica com as atividades a serem desempenhadas.

4.3.10 O Plano de Transição de Recursos Humanos deve conter, no mínimo, as ações voltadas para implementação do treinamento previsto conforme este ANEXO.

4.3.11 As ações voltadas para implementação do treinamento devem contemplar o programa de treinamento para todos os funcionários que trabalharão na área operacional do aeródromo ou em atividades relacionadas com a segurança operacional. Dessa forma, o programa de treinamento deve observar pelo menos que os funcionários devem estar treinados, conforme programa apresentado, até o final do Estágio 2. Em eventual aproveitamento de funcionários existentes, o treinamento poderá ser simplificado e tal possibilidade deve estar contemplada no programa de treinamento.

4.3.12 O mesmo Plano de Transição de Recursos Humanos poderá contemplar mais de um aeroporto sempre que evidenciada sua conveniência.

C. Plano de Comunicação e Informação

4.3.13 Durante a transição, a CONCESSIONÁRIA deverá ser capaz de coordenar, juntamente com o Comitê de Transição, a execução de um plano de relações públicas. Este plano deverá criar um relacionamento positivo com todos os interessados-chave para iniciar um processo contínuo de diálogo e participação dos interessados na implantação de um programa de melhoria contínua do Aeroporto.

4.3.14 O Plano de Comunicação e Informação deverá prever a informação a todos os interessados de quais são os objetivos das etapas de transição, os resultados esperados e o processo de como ele será conduzido.

4.3.15 O mesmo Plano de Comunicação e Informação poderá contemplar mais de um aeroporto sempre que evidenciada sua conveniência.

5. Implementação do PTO

5.1. O Plano de Transferência Operacional irá compreender 3 (três) estágios distintos conforme previsto no CONTRATO:

- A. Estágio 1 – Preparação
- B. Estágio 2 – Operação Assistida
- C. Estágio 3 – Operação de Transição

Estágio 1 – Preparação

5.1.1 Logo após a adjudicação do objeto, a CONCESSIONÁRIA deverá iniciar intercâmbio com o DAESP aeroportuário de forma a implantar nova organização e cultura. Para tanto, a CONCESSIONÁRIA deverá elaborar planos e programas específicos, que irão facilitar e direcionar o processo de transição de forma harmoniosa. O conjunto de planos constitui o PTO, que deverá ser elaborado e enviado à ARTESP em até 40 (quarenta) dias após a DATA DE EFICÁCIA do CONTRATO.

5.1.2 A ARTESP deverá, em até 40 (quarenta) dias após o recebimento completo dos PTO, analisar os PTO e solicitar ajustes e/ou esclarecimentos que forem necessários.

5.1.2.1 Recebido o PTO, a ARTESP deverá conferir se todas as informações obrigatórias estão presentes, no prazo de 10 (dez) dias, restituindo-o à CONCESSIONÁRIA em caso de necessidade de complementação.

5.1.2.2 Estando presentes todas as informações, a ARTESP deverá analisar o PTO no prazo de até 30 (trinta) dias, contado do encerramento do prazo previsto na Cláusula 5.1.2.1.

5.1.3 Para aprovação do PTO e início do Estágio 2 da Fase I-A, são necessárias:

- i. A conformidade do requerimento para a emissão do Certificado Operacional de Aeroporto;
- ii. A conformidade da declaração de ratificação de MOPS;
- iii. A aprovação da equipe de gestão;
- iv. A aprovação do programa de treinamento.

5.1.4 Em caso de não aprovação, a CONCESSIONÁRIA e a ARTESP deverão observar os mesmos prazos de entrega e aprovação de novo plano.

5.1.4.1 O procedimento acima poderá ser repetido apenas 1 (uma) vez.

5.1.4.2 O procedimento acima não prorroga, suspende nem altera os demais prazos previstos neste ANEXO e no CONTRATO.

5.1.5 A CONCESSIONÁRIA deverá observar o disposto neste ANEXO referente às

obrigações contratuais prévias à apresentação do PTO.

Estágio 2 – Operação Assistida

5.1.6 A partir da aprovação do PTO terá início o Estágio 2 da Fase I-A.

5.1.7 O estágio 2 da transferência do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO terá duração mínima de 15 (quinze) dias e máxima de 90 (noventa) dias, podendo prever a transferência de todos os aeroportos simultaneamente ou por etapas conforme a conveniência da CONCESSIONÁRIA.

5.1.8 Os objetivos deste Estágio são:

5.1.8.1 permitir à CONCESSIONÁRIA obter e preparar os recursos necessários para a prestação dos serviços previstos no CONTRATO, incluindo o treinamento e a mobilização da mão-de-obra e a aquisição dos itens de estoque necessários para iniciar a assunção das atividades do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO;

5.1.8.2 minimizar qualquer efeito adverso da transferência dos serviços para a CONCESSIONÁRIA; e

5.1.8.3 assegurar a disponibilidade de informações e procedimentos necessários para que as PARTES assumam suas responsabilidades e direitos descritos no CONTRATO.

5.1.9 Neste Estágio, o DAESP manterá a responsabilidade pela operação do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO com acompanhamento direto da nova CONCESSIONÁRIA, que dentre outras atividades deverá acompanhar as decisões gerenciais em um regime de operação assistida, conforme previsto no PTO. Para tanto, a CONCESSIONÁRIA deverá estabelecer uma equipe de transição com responsáveis diretos pelo acompanhamento das principais áreas funcionais.

5.1.10 Neste Estágio a Equipe de Transição da CONCESSIONÁRIA trabalhará em conjunto com o Comitê de Transição e todas as pessoas que este indicar, de forma a coordenar de maneira transparente o início das suas atividades/serviços de operação.

5.1.11 A CONCESSIONÁRIA desfrutará de livre acesso a todas as instalações do sítio aeroportuário e serão designados espaços físicos para que a CONCESSIONÁRIA possa realizar os trabalhos e atividades da transição. Durante este estágio a CONCESSIONÁRIA deverá realizar um amplo processo de auditoria para familiarizar-se completamente com as operações, a estrutura organizacional, os detentores de contrato de cessão de espaço no Aeroporto e usuários do Aeroporto.

5.1.12 A CONCESSIONÁRIA deve garantir uma transição eficaz, dentro dos prazos estabelecidos, através da execução das seguintes ações:

5.1.12.1 tratar todos os empregados do operador aeroportuário atual de forma

justa, aberta e equitativa;

5.1.12.2 tomar a iniciativa para comunicar-se com os empregados, detentores de contrato de cessão de espaço no Aeroporto, usuários, companhias aéreas, órgãos governamentais e a comunidade em geral em todos os aspectos da transição;

5.1.12.3 assegurar os processos de capacitação e desenvolvimento do quadro de pessoal existente e futuro do Aeroporto;

5.1.12.4 tomar a iniciativa para cooperar com os representantes locais e regionais do poder público em geral, comunidade empresarial e população em geral para promover a integração e desenvolvimento do Aeroporto com as metas locais e regionais; e

5.1.12.5 estabelecer uma estrutura organizacional eficiente, que defina claramente as áreas de responsabilidade.

5.1.13 O Estágio 2 será considerado como concluído quando satisfeitas as seguintes condições:

5.1.13.1 obter declaração ou manifestação da ARTESP informando sobre o recebimento do PSA com todos os itens previstos necessários à sua composição nos termos da regulamentação vigente, para fins de aprovação preliminar de conformidade do PSA nos termos do item 3.9.5.1;

5.1.13.2 obtenção do Certificado Operacional Provisório pela CONCESSIONÁRIA, observadas as condicionantes expostas nos itens 3.10.1 e 5.1.6.1 a 5.1.6.4.

[

5.1.13.3 O final do Estágio 2 da Fase I-A, e início do Estágio 3 da mesma fase, será marcado pela data de assinatura do TERMO DE ACEITAÇÃO e TERMO DE USO DOS ATIVOS.

Estágio 3 – Operação de Transição

5.1.13.4 A partir do cumprimento das condições acima, terá início o Estágio 3 da Fase I-A.

5.1.13.5 No Estágio 3, a CONCESSIONÁRIA, contando com o apoio do DAESP, assumirá a responsabilidade pela operação do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO, sendo a responsável por todas as despesas e receitas incidentes sobre as atividades do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO, com exceção das despesas incorridas pelo DAESP para o cumprimento de suas atribuições neste Estágio 3.

5.1.13.6 Neste Estágio, a Concessionária conduzirá todas as atividades funcionais, incluindo a gestão de recursos humanos e capacitação de empregados, programas de segurança e vigilância, programas de

operação e manutenção do sítio aeroportuário, programas de administração e finanças, operação comercial, interação e comunicação com os demais entes envolvidos no dia a dia do aeroporto (i.e. usuários, lojistas, agentes governamentais etc.).

- 5.1.13.7 -Neste Estágio, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar o PGI, nos termos do PEA, sendo obrigatória a observância pela CONCESSIONÁRIA, na elaboração do PGI, de todos os itens previstos no PEA, assim como as datas de conclusão dos investimentos.
- 5.1.13.8 Os valores previstos no EVTE para os investimentos e itens previstos no PEA são meramente estimativos e referenciais, não vinculando quer a CONCESSIONÁRIA, quer a ARTESP, para qualquer fim, à exceção do quanto expressamente previsto no CONTRATO.
- 5.1.13.9 O Estágio 3 será considerado como concluído quando aprovado o PGI pela ARTESP, o que não poderá ultrapassar 12 (doze) meses da DATA DE EFICÁCIA do CONTRATO.